

**Gestão Acadêmica dos Cursos de Graduação: a busca do equilíbrio entre a gestão
dos processos e das pessoas**

**Esther Hermes Lück
Solange Medina Ketzer
Erly Maria de Carvalho e Silva**

RESUMO

A gestão da graduação no decênio após a Lei de Diretrizes e Bases - LDB assume contornos diferentes dos até então descortinados. As Instituições de Educação Superior (IES), tanto públicas como privadas, são chamadas para atender aos dispositivos legais, o que sobrecarrega sobremaneira seus processos e suas rotinas. Considerando o contexto, as funções, os desafios e as responsabilidades que lhe são impostos, a universidade obriga-se à adoção de um novo modelo de gestão dos processos acadêmicos. Para tal, a capacitação de seus docentes e do corpo técnico-administrativo torna-se fundamental, uma vez que as alterações afetam sobremaneira os currículos e, por conseqüência, os processos acadêmicos como um todo. O conjunto dos atores, portanto, precisa ser estimulado a se mobilizar em direções antes não experimentadas. É com este objetivo que o presente trabalho apresenta a experiência de compartilhamento vivenciada em dois encontros nacionais, reunindo os setores acadêmicos e administrativos das IES, para juntos refletir sobre as questões envolvendo os procedimentos administrativos que se apresentam na implementação dos novos projetos pedagógicos dos cursos, em atendimento à LDB e às Diretrizes Curriculares. Para trabalhar esses temas adotou-se uma metodologia norteada pelo princípio da construção conjunta, em que a pluralidade de idéias é vista como fator de enriquecimento do(s) conteúdo(s) construído(s). Desses encontros ficou patente a necessidade de dar continuidade ao diálogo entre os profissionais responsáveis pelos trâmites das atividades da administração escolar, pois no coletivo desenvolvem-se vínculos de confiança e solidariedade, valorizando a experiência de cada um e permitindo a construção partilhada de saberes.

Palavras-chave: Gestão da Graduação. Gestão de Processos Acadêmicos. Registro de atividades curriculares

1 INTRODUÇÃO

A GESTÃO dos processos que envolvem a educação superior segue uma trajetória semelhante à dos humanos. Produz bons frutos quando, desde a sua concepção, conta com parceiros imprescindíveis em sua gesta: o acadêmico e o administrativo. Como pai e mãe, possuem papéis distintos. Conseqüentemente, suas atribuições, funções e rotinas devem ser concebidas como complementares e não excludentes.

Solange Medina Ketzer

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

A gestão da graduação no cenário contemporâneo assume contornos não experimentados nos últimos dez anos. A complexidade das demandas faz com que os responsáveis por esses processos afirmem, sistematicamente, que nunca trabalharam tanto como nos últimos tempos. E essa constatação tem fundamento, à medida que analisamos as exigências emanadas da Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996. A partir dela, são encaminhadas muitas questões que orientam a educação superior brasileira, como Diretrizes Curriculares Nacionais, procedimentos de avaliação de cursos e de instituições, bem como indicação de percentuais relativos ao número de docentes titulados e em regime de tempo integral.

Em síntese, as Instituições de Educação Superior (IES), tanto públicas como privadas, são chamadas para atender aos dispositivos legais, o que sobrecarrega sobremaneira seus processos e suas rotinas. Além desses aspectos, cada vez mais são convocadas para participar ativamente do compromisso social, considerando sua capacidade de gerar respostas pela investigação qualificada às grandes mazelas próprias das sociedades em desenvolvimento. Tal sorte de contribuição instala-se principalmente nas universidades, espaço em que a articulação ensino, pesquisa, extensão deve ser dinâmica, responsável e compromissada com a cor local, sem desconsiderar as questões nacionais.

As questões de melhoria da ordem infra-estrutural também se incluem na pauta das IES no momento. O aumento de atividades práticas, levando o aluno à experimentação, gera a necessidade de melhoria de espaços como laboratórios e salas especiais de aprendizagem, incluindo condições de acessibilidade a portadores de deficiências.

No rol das novas demandas, o aumento de disciplinas práticas, exigindo divisão de turmas para atendimento de grupos mais reduzidos, bem como coordenação de estágios não-obrigatórios e ainda acompanhamento de trabalhos de conclusão de cursos impõem o aumento de carga horária para fazer frente a essas atividades e a conseqüente ampliação do número de docentes. Tal impacto, que repercute sobre IES públicas e privadas, por gerar alterações no quadro funcional, não foi suficientemente previsto quando da implantação das Diretrizes Curriculares. Conseqüentemente, a gestão da graduação, no decênio pós-LDB, assume contornos diferentes dos até então descortinados.

Sob o ponto de vista conceitual, a universidade não pode ser concebida como uma ilha. Insere-se em um espaço social e deve assumir o compromisso de manter diálogo permanente com seus atores. Por outro lado, não pode se tornar refém do chamado mundo do trabalho, ou do mercado, sob pena de inviabilizar o avanço do conhecimento. E é com essa tensão que a universidade contemporânea cada vez mais tem que se preparar para conviver: entre o modelo clássico (enciclopédico) e a necessidade de inovação exigida pelo cenário atual, em que os docentes vêem-se desafiados a exercitar com seus alunos competências, habilidades e atitudes na síntese com os conteúdos. Neste sentido, percebe-se outra dificuldade a ser enfrentada, uma vez que a velocidade das mudanças processadas nas IES costuma ser bem menor do que a de outras instituições que, contaminadas pelo avanço das modernas tecnologias, reposicionam-se com facilidade em relação ao novo cenário, enquanto nas IES densifica-se a tensão.

Há que se considerar, entretanto, que a natureza dos serviços oferecidos pelas IES é diferente das demais instituições. A “matéria-prima” é distinta, à medida que lida com socialização de produção simbólica não-materializável, não podendo, portanto, ser submetida à linha de montagem em série. Em síntese, a lógica do mercado, em sua totalidade, não pode ser aplicada a instituições educacionais.

O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência de compartilhamento na gestão de processos acadêmicos em que se faz a aproximação com o setor administrativo, ouvindo, valorizando e provocando a reflexão por parte daqueles que cuidam dos trâmites para implementação das formas de registro das novas atividades curriculares, decorrentes das mudanças exigidas pela legislação em vigor.

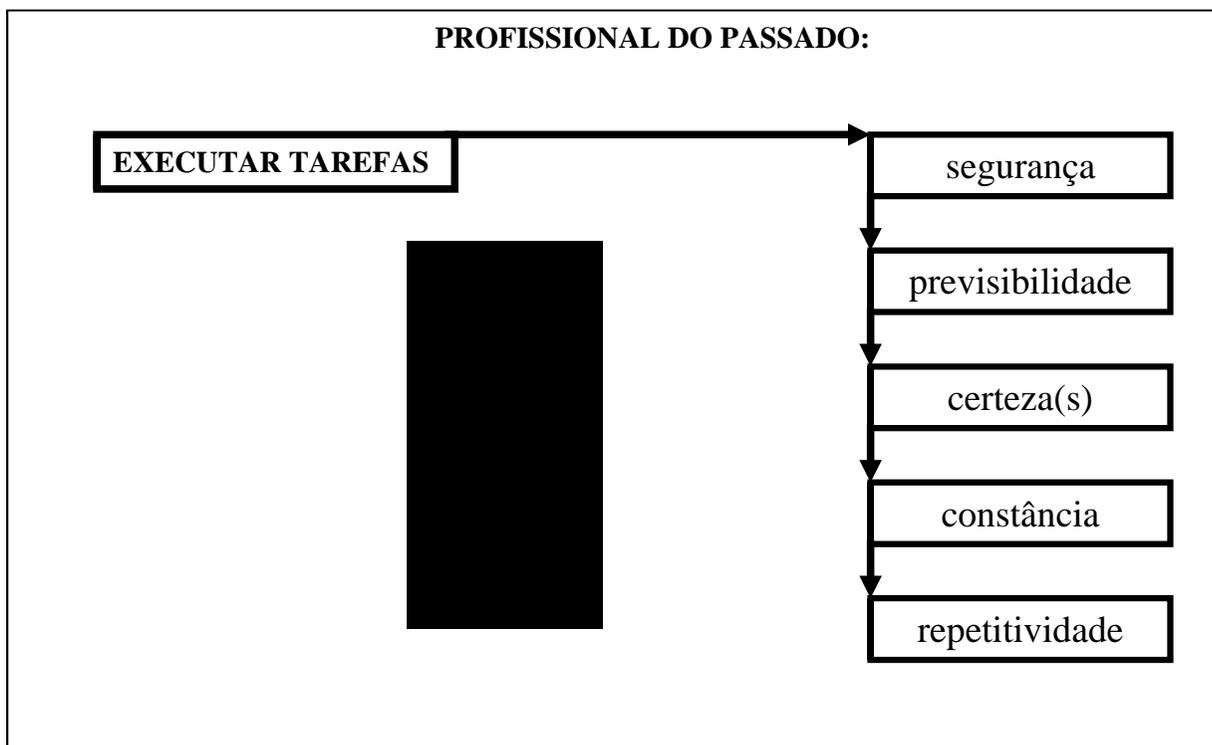
2 REFORMA CURRICULAR: DESAFIOS E RESPONSABILIDADES

A análise dos impactos das Diretrizes Curriculares Nacionais sobre as IES torna-se mais compreensiva quando se recupera o histórico da legislação que sustenta a educação superior no país. O recuo que se faz necessário abrange a extinta Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)-4.024/61. A referida lei assentava-se nos seguintes pressupostos:

- fixava os chamados currículos mínimos dos cursos de graduação, válidos para todo o país;
- assegurava os mesmos conteúdos, a mesma duração e a mesma denominação dos cursos, para manter padrões uniformes de oferta curricular em âmbito nacional;
- propunha um excessivo detalhamento de disciplinas e de cargas horárias a serem cumpridas, sob pena de os cursos não serem reconhecidos pelo MEC;
- facilitava os processos de transferência entre instituições;
- inviabilizava a inovação dos projetos pedagógicos da IES;
- desconsiderava a possibilidade de atendimento às demandas regionais e sociais;
- impossibilitava a incorporação dos avanços da investigação científica nos currículos de graduação;
- dificultava a atualização de informações e de novos saberes (que se processam numa velocidade espantosa no mundo contemporâneo).

Como consequência, os currículos eram estáticos, inflexíveis, válidos para todo o território nacional, não dando conta de uma formação qualificada e adequada aos novos tempos. Entretanto, deu cabo da formação do profissional do passado, como bem ilustra o Quadro 1.

QUADRO 1 : Profissional do Passado



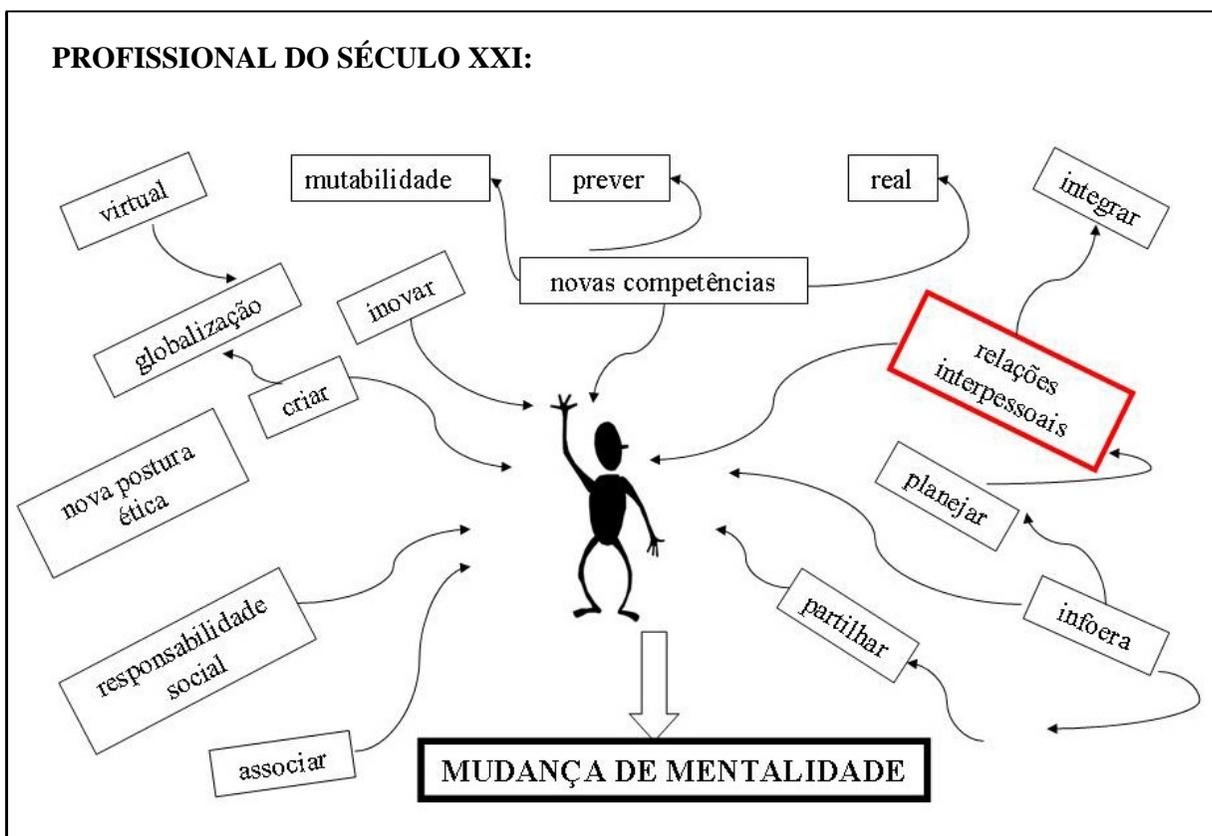
O cenário dos novos tempos descortina uma série de mudanças que dão origem aos pressupostos da nova LDB. Elas estão alicerçadas nos desafios do século XXI:

- globalização (tendendo à diluição de fronteiras econômicas, sociais, culturais, tecnológicas, científicas);
- responsabilidade diante das demandas sociais locais e/ou regionais (participação cada vez mais ativa de camadas desassistidas da população);
- democratização dos espaços sociais;
- exigência de novas competências para o mundo do trabalho (criar, inovar, planejar, integrar, partilhar, associar, prever, mobilizar-se em múltiplas direções, não se restringindo à mera execução de tarefas);
- necessidade de saber cultivar relações interpessoais (sujeitos autocentrados não conseguem partilhar);
- aceitação do erro como elemento sistêmico (errar não é feio, é humano);
- valorização de uma nova postura ética nas relações de trabalho (cultivo à verdade, à autenticidade, à transparência);
- presença da informática, revolucionando as atividades humanas.

A complexidade constitui a marca da formação que prepara para enfrentar os grandes desafios do mundo contemporâneo que exige, acima de tudo, mudança de mentalidade.

O Quadro 2 ilustra a complexidade do cenário com o qual de defrontam os agentes responsáveis pelos processos que envolvem a gestão acadêmica na contemporaneidade.

QUADRO 2 : Profissional do século XXI



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 (LDB em vigor) surge no cenário com objetivo de respaldar as mudanças necessárias. Alguns de seus princípios orientadores expressam tal constatação:

- cursos e programas que possibilitem a formação do profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social, bem como a criação de alternativas para enfrentar as problemáticas que emergem do mundo contemporâneo;
- formação de diplomado em diferentes áreas de conhecimento, apto para inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- visão voltada para a formação contínua;
- entendimento do homem e do meio em que vive;
- estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural;
- prestação de serviços especializados à comunidade.

Após a promulgação da LDB, foram propostas as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação, válidas para todo o país. A contribuição do ForGrad, neste sentido, foi inestimável, ao alinhar os parâmetros que sustentam todos os cursos:

- projeto pedagógico construído coletivamente;
- flexibilidade, de modo a absorver transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências;
- formação integral que possibilite a compreensão das relações de trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, de questões de fundo relacionadas ao meio ambiente e à saúde, na perspectiva de construção de uma sociedade sustentável;

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

- graduação como etapa inicial, formal, que constrói a base para o permanente e necessário processo de educação continuada;
- incorporação de atividades complementares em relação ao eixo fundamental do currículo;
- interdisciplinaridade;
- predominância da formação sobre a informação;
- articulação entre teoria e prática;
- promoção de atividades educativas de natureza científica e de extensão;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (como princípio pedagógico a ser perseguido).

Em síntese, a universidade pós-LDB, considerando o contexto, as funções, os desafios e as responsabilidades obriga-se à adoção de um novo modelo de gestão dos processos acadêmicos. Para tal, a capacitação de seus docentes e do corpo técnico-administrativo torna-se fundamental, uma vez que as alterações afetam sobremaneira os currículos e, por consequência, os processos acadêmicos como um todo. O conjunto dos atores, portanto, precisa ser estimulado a se mobilizar em direções antes não experimentadas.

3 MÉTODO

Neste momento em que se processam mudanças significativas na educação superior do país como as descritas no presente trabalho, tem-se a convicção de que a problemática da gestão dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação transcende a natureza jurídica das instituições ou outras diferenças que caracterizam o sistema educacional brasileiro. E é justamente por ser um sistema tão heterogêneo, não somente por opção da sociedade brasileira, mas principalmente pela permissividade do Estado, que possibilitou a abertura de instituições de ensino de qualidade duvidosa, que se torna crucial essa interlocução. O que se busca é oferecer educação de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos imbuídos de valores éticos que, com competência técnica, possam atuar no contexto social onde estão inseridos.

Com os objetivos de: (a) ter um panorama global sobre as questões que se apresentam na implementação dos novos projetos pedagógicos dos cursos nas IES brasileiras (tanto públicas quanto privadas), em atendimento à LDB e Diretrizes Curriculares; (b) promover uma reflexão sobre os procedimentos administrativos para a gestão dos PPC; e (c) propor diretrizes operacionais comuns que possam ser adotadas pelas IES, a Universidade Federal Fluminense realizou, em 2002 e 2006, com o apoio do ForGrad, dois encontros do evento intitulado “Encontro de Dirigentes de Departamentos de Administração Escolar (ENDAE)”.

Para trabalhar a temática da gestão acadêmica na perspectiva aqui delineada, optou-se por uma metodologia de realização de encontros de âmbito nacional, norteada pelo princípio da construção coletiva, em que a pluralidade de idéias é vista como fator de enriquecimento do(s) conteúdo(s) construído(s), pautada pela necessidade de estabelecer uma interlocução estreita entre as IES públicas e privadas.

A sistemática de organização dos encontros previu a realização dos trabalhos por meio de participação em laboratórios, no I ENDAE, e em grupos de discussão, no II ENDAE.

Em ambos os encontros, os participantes puderam escolher qual dos temas propostos gostariam de trabalhar, inscrevendo-se em laboratórios e grupos de discussão ligados à gestão de processos acadêmicos. Foram organizados dois laboratórios no I Encontro: Laboratório de Registro de Diplomas e Certificados e Laboratório de Registro Escolar e Acompanhamento Discente; e dois grupos de discussão no II Encontro: Integralização Curricular (vinculação e

adaptação do aluno ao currículo, registro escolar e atividades complementares), e Diplomação.

4 RESULTADOS

4.1. I ENDAE

O I ENDAE, apoiado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação-ForGrad e pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos da UFF (PROAC), foi realizado nos dias 25 e 26 de abril de 2002, nas dependências da Universidade Federal Fluminense, sob a Coordenação do Departamento de Administração Escolar (DAE).

Esse primeiro evento reuniu 90 representantes de 30 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 16 federais, quatro estaduais, uma municipal e nove particulares.

O encontro foi idealizado e programado levando-se em consideração a discussão de questões cuja relevância e pertinência têm afligido os setores que trabalham sob a ótica da eficiência e da dinâmica em suas atividades cotidianas. Por este motivo foram organizados dois grandes laboratórios, um de Registro Escolar e Acompanhamento Discente e o outro de Registro de Diplomas e Certificados, para troca de experiências, referentes aos temas, entre os integrantes das diversas instituições de ensino participantes.

No *Laboratório de Registro de Diplomas e Certificados*, as discussões aconteceram pautadas pelo aumento das solicitações de registro de certificados e diplomas e pela busca por maior qualidade no serviço executado. Essa necessidade demanda a adoção de novas metodologias e o conhecimento de novas formas de trabalho nas instituições de ensino superior, requerendo abordagem de procedimentos eficazes quanto aos trâmites de registro de títulos de graduação, pós-graduação, extensão, atualização e revalidação nas instituições públicas e privadas de ensino superior.

As questões centrais discutidas no *Laboratório de Registro Escolar e Acompanhamento Discente* envolveram as novas diretrizes estabelecidas na LDB, para a educação nacional, no que diz respeito à expansão do acesso ao ensino superior, com a exigência de adaptações nos processos administrativos, levando ao repensar de questões relacionadas às atividades do registro escolar. A partir desta concepção foram tratadas as formas de ingresso nas instituições em suas diversas modalidades, o acompanhamento acadêmico-administrativo do corpo discente, a comunicação entre os setores responsáveis por essas atividades bem como os tipos de assessoramento prestados à comunidade universitária.

Essas discussões suscitaram as seguintes recomendações:

a)estabelecimento de um *Glossário Padrão*, padronizando e/ou compatibilizando terminologias e nomenclaturas, respeitadas as diversidades institucionais, envolvendo aspectos acadêmico-administrativo que possam ser gerenciados em todas as instituições de ensino superior nacionais. Neste sentido, foi criada uma Comissão Nacional, que solicita institucionalização e respaldo do ForGrad, para início dos estudos e propostas;

b)permuta dos regulamentos dos cursos de graduação das instituições de ensino, no sentido de conhecimento das realidades e normas internas das instituições para aprofundamento das discussões;

c)maior investimento material e humano nestes setores, visando ao aperfeiçoamento das atividades, à melhoria na qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e nas condições de trabalho dos funcionários alocados no desempenho destas atividades;

d)necessidade de estimular a continuidade dos eventos de cunho nacional, objetivando a sistematização das discussões sobre as questões que envolvem diretamente os setores de

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

registro escolar e de registro de diplomas e certificados, considerando as propostas de inovação constantes da LDB.

4.2. II ENDAE

O II ENDAE, realizado na UFF entre os dias 16 e 17 de abril de 2006, teve como temática central *As Reformulações Curriculares nas IES e suas Implicações nas Atividades de Controle do Registro Escolar*.

Esse segundo evento contou com a participação de 98 representantes, entre eles pró-reitores, assessores, servidores e professores de 25 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 18 públicas e sete particulares.

Desde o estabelecimento das Diretrizes Curriculares pelo MEC, a comunidade universitária, e em especial, os dirigentes de Departamentos de Administração Escolar têm vivenciado dúvidas e ambigüidades na execução dos procedimentos relacionados com a implementação da flexibilização curricular. Por isso, o objetivo principal do II ENDAE foi discutir os procedimentos que estão sendo efetuados pelas IES para atendimento às novas diretrizes curriculares.

A temática central do evento foi abordada em palestra proferida pela Dra. Solange Medina Ketzer, Pró-Reitora de Graduação da PUC-RS, que discorreu sobre a extinta Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº4.024/61), destacando alguns aspectos, como a fixação dos currículos mínimos para os cursos de graduação e padrões uniformes de oferta curricular em âmbito nacional, para sublinhar os ângulos inovadores da LDB (Nº 9.394/96) em vigor. Chamou a atenção para as implicações que a adoção de novos parâmetros curriculares trará para as IES, ressaltando que essas mudanças irão requerer um novo modelo de gestão acadêmica, pois problemas novos exigem novas ferramentas de gestão. Relacionou alguns pontos que podem nortear um novo modelo de gestão acadêmica nas IES¹ e enfatizou a importância do papel exercido por todas as pessoas envolvidas no processo, “aparentemente burocrático”, de registro de atividades acadêmicas à luz das inovações pedagógicas.

Para complementar a exposição da Profa. Solange Ketzer, o Prof. Eduardo Lamb dos Santos, Coordenador de Registro Acadêmico, explanou sobre as migrações curriculares realizadas na PUC-RS e as implicações dessas modificações nas atividades do registro acadêmico².

Uma sessão de relatos dos participantes sobre as experiências de suas respectivas IES, no tocante a implantação das reformulações curriculares ocorridas, denominada “Relatos das Experiências de Implantação da Flexibilização Curricular nas IES e seu Registro no Sistema Acadêmico”, reuniu as experiências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO), de Teresópolis/RJ, e da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os apresentadores da UFRN relataram sua experiência no tocante ao processo de flexibilização curricular e aos procedimentos adotados para sua implantação e registro no sistema acadêmico da Universidade. Destacaram que a flexibilização curricular proporcionou a diminuição das disciplinas obrigatórias e de pré-requisitos, a inserção de conteúdos transversais, aproveitamento de atividades extraclasse, estágio como atividade, entre outros aspectos. No entanto, a rigidez do Sistema Acadêmico de Registro e de Controle Acadêmico

¹ os slides da palestra da profa. Solange Ketzer estão disponibilizados no seguinte endereço: http://www2.fec.uff.br/evento_endae_2006.

² os slides da palestra do prof. Eduardo Lamb estão disponibilizados no seguinte endereço: http://www2.fec.uff.br/evento_endae_2006.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

(Sistema SAU) dificulta a implantação dessas modificações, por esse motivo está sendo desenvolvido um novo sistema institucional com uma única base de dados.

A representante da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO) apresentou o processo de flexibilização lá ocorrido, ressaltando que a Instituição preocupou-se com a otimização do controle e dos registros sem deixar de contemplar as peculiaridades de cada curso e os aspectos legais. Destacou que as primeiras alterações ocorreram na implementação das Atividades Complementares, atingindo, primeiramente, os cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis. Ressaltou, no entanto, que a experiência mais significativa ocorreu no curso de Medicina devido à adoção do Programa de Incentivo às Mudanças Curriculares dos Cursos de Medicina (PROMED) como referencial para a implantação da flexibilização curricular.

A experiência da UFF revelou que o processo de implantação da flexibilização curricular e suas implicações na administração curricular no que se refere à integralização curricular, flexibilidade e diplomação, além do Departamento de Administração Escolar (DAE), envolve apoio de outros órgãos como a Coordenadoria de Apoio aos Cursos de Graduação, que faz acompanhamento da legislação pertinente, orienta a elaboração dos projetos pedagógicos, procede à análise técnica dos projetos, entre outras atividades. O processo de flexibilização curricular necessita ainda de fundamentar-se em documentos institucionais como por exemplo, Projeto Pedagógico Institucional, Orientações para Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Diretrizes para Formação de Professores, e Regulamento dos Cursos de Graduação.

Após a exposição dos relatores, os participantes passaram a debater as questões relacionadas à implantação da flexibilização curricular nas IES e as devidas implicações no registro do sistema acadêmico.

O passo seguinte no desenvolvimento dos trabalhos foi reunir os participantes em dois grupos (GT) para, a partir de um roteiro orientador, à luz das palestras proferidas, das experiências relatadas e do debate anteriormente empreendido, discutir sobre: “Conseqüências da flexibilização curricular no registro do histórico escolar e emissão de diplomas: problemas apontados e soluções sugeridas”.

Os temas dos GT's versaram sobre: (a) Integralização Curricular (vinculação e adaptação do aluno ao currículo, registro escolar e atividades complementares), e (b) Diplomação.

As discussões pertinentes à Integralização Curricular apontaram para diferentes formas de entendimentos referentes à vinculação e adaptação do aluno ao currículo e sua conseqüente operacionalização.

Algumas das instituições participantes informaram que delegam competência aos colegiados de curso para promover adaptação dos alunos aos novos currículos com base em resoluções internas, específicas aos cursos, prevendo um percentual de carga horária já cursada no currículo anterior, visando à migração para o novo currículo. A vinculação se faz *on-line*, em data estabelecida em calendário escolar. Por outro lado, existem instituições em que é feita a migração de todos os alunos para o currículo novo. Outras oferecem, como opção ao aluno, permanecer ou mudar para o novo currículo.

A mudança na contabilização do esforço acadêmico dos estudantes de crédito para carga horária foi implantada por algumas instituições por entenderem que o regime de carga horária mensura o tempo de duração do trabalho escolar, dando maior flexibilidade e objetividade ao currículo. Outras instituições continuam utilizando o sistema de crédito.

Para fins de integralização, há instituições que estabelecem um percentual de crédito e de carga horária em disciplinas eletivas; outras deixam a critério de cada colegiado de curso, a inserção de tais disciplinas em sua estrutura curricular. Há procedimentos que fazem a migração de alunos do currículo antigo para o currículo novo. Por meio de um processo de equivalência, registram-se no histórico as disciplinas cursadas, com nota/conceito e carga

horária, bem como a disciplina dispensada correspondente no currículo novo. O aluno dispõe de mecanismos que lhe possibilitam verificar a melhor opção de integralização curricular: mudar ou não de currículo.

Quanto às Atividades Complementares (AC), há casos em que elas são cadastradas e vinculadas aos departamentos de ensino ou coordenação de curso. Sua normalização tem sido realizada por Coordenações, Colegiados ou Conselhos Superiores.

Embora as AC's encontrem-se codificadas, há instituições que só registram o total das atividades com uma mesma nomenclatura, enquanto outras discriminam cada uma delas. Deve-se observar que segundo entendimento dos participantes, é importante para o aluno, incluir em seu histórico, de forma discriminada, todas as atividades desenvolvidas sob a forma de AC's, até mesmo aquelas que não entraram no cômputo da carga horária ou crédito, por terem ultrapassado o percentual máximo fixado para essas atividades.

Para o registro da titulação que a instituição vai usar em seus diplomas, deve-se respeitar o constante nos processos de reconhecimento do curso ou seguir o proposto pelo MEC, isto é, bacharel, licenciado ou tecnólogo.

Sobre as discussões pertinentes ao segundo GT com o tema Diplomação, foi consenso entre os participantes que o Projeto Pedagógico do curso deve nortear a titulação a ser conferida ao diplomado (Bacharel, Licenciado, Tecnólogo ou título específico referente à profissão). As habilitações/ênfases também devem seguir o estabelecido no Projeto Pedagógico.

Os trabalhos desenvolvidos no II Encontro resultaram nas seguintes recomendações:

- a) ampliação das discussões ocorridas nos ENDAE no âmbito do ForGrad;
- b) sugestão ao MEC de unificação da nomenclatura de situações acadêmicas (glossário);
- c) inclusão, nos Ementários das Instituições, de ementas variáveis somente nas disciplinas complementares. Para as obrigatórias que comportam tópicos variáveis devem ser criados desdobramentos dessas disciplinas, a fim de que possa ser feito o adequado registro no sistema acadêmico e possa permitir maior consistência nos processos de mobilidade estudantil.

5 CONCLUSÃO

Dos encontros realizados ficou patente a necessidade de dar continuidade ao diálogo entre os profissionais responsáveis pelos trâmites das atividades da administração escolar, pois inúmeros outros aspectos relativos às reformulações curriculares nas IES e suas implicações no controle do registro escolar, precisam ser debatidos. Nesse sentido, foi aprovada a sugestão de realização do III ENDAE, em 2007, tendo sido indicada a Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO) para a sua realização, em Teresópolis/RJ, e proposto como tema central a Educação à Distância.

Destaca-se que a intenção da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos da UFF, com o auxílio da equipe do Departamento de Administração Escolar e da Coordenadoria de Apoio ao Ensino de Graduação, ao promover a realização do I e II ENDAE, foi a de consolidar um espaço coletivo de reflexão, proporcionando a continuidade de troca de experiências entre as Instituições de Ensino Superior, para maior integração e dinâmica nas atividades acadêmico-administrativas.

Entende-se que só é possível construir essa integração por meio da partilha de saberes. No coletivo desenvolvem-se vínculos de confiança e solidariedade, contribuindo para um clima de convívio rico e estimulador. Valoriza-se, assim, a experiência de cada um, resgatando a sua identidade pessoal e profissional, permitindo a construção coletiva de saberes.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

Na gestão dos processos que envolvem a educação superior, a participação é fundamental, pois suas atribuições, funções e rotinas somente produzem bons frutos quando conta com parceiros abertos ao diálogo e preocupados em estabelecer um bom clima organizacional que surge da comunhão com outras pessoas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR (1998: Paris, França).
Tendências da educação superior para o século XXI. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

FORGRAD. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS. **Resgatando espaços e construindo idéias: 1997 a 2003**. Recife: UFPE,
2003.

LÜDKE, Menga ; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São
Paulo: ELPU, 1986.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. Rio de
Janeiro: Universidade do Estado do RJ, 2002.

MORIN, Edgar. **As duas globalizações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORHY, Lauro. **Universidade no mundo**. Brasília: UNB, 2004.

POPPER, Karl. **Em busca de um mundo melhor**. Lisboa, 1982.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Maria Luísa. **História da educação brasileira**. São Paulo: Moraes, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-
modernidade**. São Paulo : Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). **Projeto pedagógico institucional:**
proposta para discussão. Niterói, 2000. Disponível também em : <http://www.proac.uff.br>